



**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

018. PROVA OBJETIVA

ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA – DIREITO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto de Luis Fernando Verissimo para responder às questões de números **01** a **06**.

2020

E lá fomos nós para o ano vinte-vinte, na esperança de que a repetição dos números significasse alguma coisa...

Vivemos sempre com a expectativa que uma anomalia ou qualquer ruptura com o normal – como um ano com números reincidentes – seja um sinal. E há pessoas que procuram nos astros esse sinal de que algo guia seus passos e orienta sua vida.

Quando comecei a trabalhar na imprensa, há 200 anos, fazia de tudo na redação, depois de passar o dia no meu outro emprego de redator de publicidade. Um dia me pediram para fazer o horóscopo, já que o astrólogo profissional insistia em ganhar um aumento, uma reivindicação irrealista, dadas as condições do jornal. Como eu já fazia de tudo na redação, comecei a fazer o horóscopo também. Todos os dias inventava o destino das pessoas e distribuía as previsões e os conselhos pelos 12 signos do zodíaco.

O horóscopo era a última coisa que eu fazia no jornal antes de ir me encontrar com a Lucia e, se tivéssemos sorte, ir a um cinema, de modo que meu horóscopo era sempre feito às pressas, e com a escassa energia que sobrava depois de um dia fazendo de tudo. E então bolei uma solução genial para liquidar o horóscopo em pouco tempo e ir embora. Como era óbvio que as pessoas só querem saber o texto do seu próprio signo, comecei a fazer um rodízio: mudava os textos de signo e de lugar. O que um dia era o texto para libra no dia seguinte era para sagitário, etc. Ninguém iria notar a trapaça sideral, os deuses me perdoariam.

Não demorou para que o editor do jornal me chamasse. Tinha muita gente reclamando do horóscopo. O que eu pensava que era óbvio não era. Minha pseudoesperteza tinha sido descoberta, aparentemente todo o mundo lê todo o horóscopo todos os dias. Minha breve carreira de astrólogo terminou ali. Mas eu só queria dizer que, mesmo quando era eu que escrevia os textos, nunca deixava de ler o que libra reservava para meu futuro. Fazer o quê? Precisamos de uma direção na vida, venha ela de onde vier.

(O Estado de São Paulo, 05.01.2020. Adaptado)

01. Com base nas informações do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade dos astros na ocorrência de eventos reincidentes é fato consumado para a maioria das pessoas.
- (B) O escritor, chegando à redação do jornal, redigia rapidamente o horóscopo a fim de estar livre para sair com a namorada.
- (C) O autor percebeu que era improcedente a sua ideia de que os leitores liam exclusivamente as informações relativas ao próprio signo.
- (D) O chefe da redação optou por demitir o astrólogo visto que este carecia de habilidade para se responsabilizar pela seção.
- (E) O horóscopo redigido pelo autor priorizava conselhos para o sucesso na vida doméstica e amorosa dos leitores.

02. No quarto parágrafo, em – Como era óbvio que as pessoas só querem saber o texto do seu próprio signo, comecei a fazer um rodízio: mudava os textos de signo e de lugar. –, os dois-pontos introduzem uma

- (A) explicação e equivalem a *isto é*.
- (B) advertência e equivalem a *aliás*.
- (C) opinião e equivalem a *excepcionalmente*.
- (D) retificação e equivalem a *a saber*.
- (E) suposição e equivalem a *ou seja*.

03. Considere as frases elaboradas a partir do texto original.

- _____ no horóscopo publicado pelo jornal estavam previsões e orientações para os leitores.
- Considerando _____ as reclamações dos leitores, o editor imediatamente advertiu o autor sobre a conduta inapropriada.
- Apostando na sua esperteza, o autor _____ que aleatoriamente alternava os textos relativos aos signos do zodíaco.

Atendendo à norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por

- (A) Inseridas ... pertinente ... meia
- (B) Inseridas ... pertinentes ... meio
- (C) Inseridos ... pertinentes ... meia
- (D) Inseridos ... pertinente ... meio
- (E) Inseridos ... pertinentes ... meio

04. Assinale a alternativa em que a frase reescrita com base nas ideias do texto está em conformidade com a regência padrão.

- (A) Vivemos sempre na ânsia a que uma anomalia rompa com a normalidade.
- (B) Há pessoas que procuram nos astros um sinal de algo que guie nossos passos, que dê um norte com nossa vida.
- (C) O astrólogo profissional tinha a pretensão com ganhar um aumento, mas era uma reivindicação irrealista.
- (D) Meu horóscopo era sempre feito às pressas, e com a escassa energia de que dispunha depois de um dia fazendo de tudo.
- (E) Nunca deixava de olhar o horóscopo para ver o futuro de que libra me havia destinado.

05. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado na alternativa que completa a frase: *O autor...*

- (A) procurava fazer face à uma jornada de trabalho estafante.
- (B) deu-se à certas extravagâncias, como estabelecer um rodízio entre os signos do horóscopo.
- (C) afirma que muitos atribuem poderes mágicos à repetição dos números em determinadas datações.
- (D) não imaginou que os leitores eram habituados à ler todos os signos.
- (E) aceitou fazer o horóscopo, embora fosse uma seção à que não dava importância.

Leia o texto de Ruy Castro para responder às questões de números 06 a 10.

Beijos proibidos

Manier Sael, um imigrante haitiano em São Paulo, por meio de tocante entrevista ao jornal, contou que, ao chegar ao Brasil, e ao começar a namorar a brasileira que se tornaria sua mulher e mãe de sua filha, disse-lhe que tinha um desejo: beijá-la em público, na rua. “No Haiti, isso não existe”, ele explicou. “É uma coisa que eu nunca tinha visto na vida real, só na televisão. Ela falou que tudo bem. Como eu me senti nessa hora [ao beijá-la]? Me senti brasileiro”.

É interessante como, às vezes, precisamos de que alguém de fora venha nos revelar quem somos ou como somos. Haverá coisa mais corriqueira no Brasil do que beijar em público? Pelo menos, é o que pensamos e – considerando quantas vezes fizemos isso sem o menor problema – será preciso um exercício intelectual para nos lembrar de que pode ter havido exceções à regra.

Dois cidades do interior de São Paulo já tiveram juízes que proibiram beijos em praça pública. E isso não foi no século 19, mas nos anos loucos de 1980 e 1981. Até a proibição ser revogada por ridícula, vários casais foram parar na cadeia.

Um dos restaurantes mais antigos do Rio, a Adega Flor de Coimbra, até hoje ostenta na parede um quadro dos velhos tempos: “Proibido beijos ousados”. O quadro continua lá pelo folclore, claro – mesmo porque, tendo pedido sua farta e deliciosa feijoada à Souza Pinto, quem pensará em dar beijos, mesmo ousados?

E uma querida senhora que conheci, ao ver um casal se beijando na novela da TV, deu um profundo suspiro e, do alto de seus 90 anos, exclamou, talvez sem se dar conta de que todos na sala podiam escutá-la: “Eu nunca fui beijada!”. Ali, naquele momento, todos nos conscientizamos da nossa tremenda fragilidade.

(www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/10/beijos-proibidos.shtml)
Publicado em 28.10.2019. Adaptado)

06. Uma semelhança entre os dois textos da prova, 2020 e *Beijos proibidos*, está no fato de os autores

- (A) compartilharem suas experiências com os leitores, o que se confirma pelo emprego de verbos na primeira pessoa.
- (B) revelarem-se indivíduos que, apesar da pretensa postura racional diante da vida, são supersticiosos.
- (C) relatarem as dificuldades que aqueles que trabalham na imprensa precisam enfrentar para sobreviver nesse meio.
- (D) descreverem, utilizando termos jocosos, comportamentos culturais que são tipicamente brasileiros.
- (E) servirem-se de linguagem subjetiva para criticar o puritanismo descabido dos leitores.

07. De acordo com o conteúdo do texto, é correto afirmar que

- (A) Manier Sael, assim como muitos imigrantes, declarou ter vindo ao Brasil com o intuito de formar uma família.
- (B) os juízes das duas cidades paulistas proibiram beijos públicos atendendo a reivindicações de parte dos munícipes.
- (C) o restaurante carioca mantém o quadro dos velhos tempos na parede, pois é uma forma direta de reprimir a conduta dos clientes.
- (D) as pessoas presentes na sala se surpreenderam quando a senhora decidiu inteirá-los de certas frustrações de sua juventude.
- (E) o paralelo com outras culturas nos dá, segundo o autor, uma dimensão mais ampla de nosso perfil como nação.

08. Houve duas cidades no país que proibiram, _____ em meio aos anos loucos de 1980 e 1981, beijos em praça pública; _____, _____ ficou evidente o absurdo dessa imposição, a proibição foi revogada.

Para que a frase mantenha o sentido original do texto, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) ainda que ... no entanto ... visto que
- (B) mesmo que ... depois que ... e
- (C) como ... ou ... porque
- (D) por conseguinte ... porém ... desde que
- (E) embora ... para que ... pois

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Beijos em público, para Manier Sael, fazia parte de comportamentos que eram condenados em seu país de origem.
- (B) Por conta da proibição imposta por alguns juízes, houve casais que foram conduzidos para a prisão.
- (C) Apesar de beijar na rua ser algo corriqueiro no Brasil, existiram exceções à regra como comprova duas cidades paulistas.
- (D) Alguns clientes certamente se esquecerão de beijos ousados quando estiver degustando a famosa feijoada do restaurante.
- (E) Em duas cidades do Brasil, proibiram-se beijos em locais públicos, o que geraram muitas contestações.

10. Atendendo à norma-padrão de emprego e de colocação dos pronomes, assinale a alternativa em que a expressão destacada na frase pode ser substituída pela expressão entre parênteses.

- (A) Para o repórter, Manier Sael **concedeu ao repórter** uma entrevista tocante. (o concedeu)
- (B) Para a futura esposa, ele timidamente **confessou à futura esposa** o desejo de dar um beijo em público. (confessou-lhe)
- (C) Cenas de beijos, somente pela televisão é que Manier **havia visto cenas de beijos**. (havia visto-as)
- (D) Exceções à regra, precisamos de um exercício intelectual para **recordar exceções à regra**. (recordar-lhes)
- (E) Quanto ao pedido de Manier, a namorada, que nada viu de constrangedor na situação, **aceitou o pedido de Manier**. (aceitou-o)

Considere os seguintes dados aproximados referentes à cidade de Ilhabela para responder às questões de números **11** e **12**.

ILHABELA	
Área territorial	346 km ²
População estimada (2019)	35 mil hab.

(<https://www.ibge.gov.br>)

- 11.** A densidade demográfica de uma cidade é definida como a razão entre a sua população e a sua área. Essa medida com relação à cidade de Ilhabela é um valor de, aproximadamente,
- (A) 10 hab./km².
(B) 101 hab./km².
(C) 311 hab./km².
(D) 381 hab./km².
(E) 12 110 hab./km².
- 12.** Segundo dados da Prefeitura de Ilhabela, no dia 21.02.2020 houve na cidade uma precipitação de cerca de 120 mm. Sabendo que cada milímetro de precipitação significa que em uma área de 1 m² choveu 0,001 m³ de água; em Ilhabela, na data mencionada, o volume de água que caiu na cidade foi de cerca de
- (A) 120 mil metros cúbicos.
(B) 20,8 milhões de metros cúbicos.
(C) 41,5 milhões de metros cúbicos.
(D) 2,1 bilhões de metros cúbicos.
(E) 4,2 bilhões de metros cúbicos.

Considere o seguinte Decreto da cidade de Ilhabela para responder às questões de números **13** e **14**.

Decreto Municipal nº 2.462, de 07.02.2011

Dispõe sobre o uso de taxímetro nos carros de aluguel, fixa-lhes cor padrão e estabelece valor de bandeirada.

Art. 2º A partir de 90 (noventa) dias a contar da data do presente decreto, o valor da corrida será:

I – bandeirada no valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos); (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 2.574, de 31.03.2011).

II – quilometro rodado: (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 7.164, de 09.10.2018).

a) **bandeira 1** – R\$ 4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos), de segunda-feira à sexta-feira, entre as 6:00 hs e 20:00 hs.

b) **bandeira 2** – R\$ 5,55 (cinco reais e cinquenta e cinco centavos), após as 20:00 hs até 6:00 hs, bem como aos sábados, domingos e feriados, e a qualquer hora no período correspondente aos dias 1º de julho a 15 de julho e 16 de dezembro a 31 de dezembro.

13. A tarifa do quilômetro rodado da bandeira 2 apresenta um aumento em relação à da bandeira 1
- (A) inferior a 20%.
 - (B) entre 20% e 24%.
 - (C) entre 24% e 28%.
 - (D) entre 28% e 32%.
 - (E) superior a 32%.
14. Considerando que o preço da corrida de táxi é composto do valor da bandeirada mais um valor proporcional à distância percorrida, um passageiro que tenha feito uma corrida de 5 km em Ilhabela no domingo pagará
- (A) R\$ 14,33.
 - (B) R\$ 21,40.
 - (C) R\$ 25,90.
 - (D) R\$ 27,75.
 - (E) R\$ 32,25.
15. Um setor da Prefeitura de Ilhabela recebeu uma demanda de realização de um determinado trabalho com prazo máximo de 5 dias. Sabe-se que esse mesmo trabalho, com as 9 máquinas de que o setor dispõe, leva 8 dias para ser concluído. Se cada máquina nova custa R\$ 2.500,00, o valor mínimo que deverá ser investido para a aquisição de máquinas, de modo que o prazo determinado seja respeitado, é de
- (A) R\$ 12.500,00.
 - (B) R\$ 15.000,00.
 - (C) R\$ 22.500,00.
 - (D) R\$ 35.000,00.
 - (E) R\$ 37.500,00.
16. Para entrar em Ilhabela, os veículos com placa de outras cidades devem pagar uma taxa, cujos valores arrecadados são utilizados em projetos de preservação ambiental. Segundo dados do site da prefeitura de Ilhabela, os carros devem pagar R\$ 7,50 e as motocicletas R\$ 3,00. Se em dado dia entraram em Ilhabela 1 376 veículos entre carros e motocicletas e foram arrecadados R\$ 9.303,00 de taxa ambiental com eles, o número de carros que entrou na ilha foi de
- (A) 226.
 - (B) 344.
 - (C) 688.
 - (D) 1032.
 - (E) 1 150.

17. Considere as tabelas a seguir:

Tarifas para os serviços de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, para o município de Ilhabela, a partir de 11 de Maio de 2019

CATEGORIA RESIDENCIAL/COMUM		
Classes de consumo m ³ /mês	Tarifa de água – (em R\$)	Tarifas de esgoto – (em R\$)
0 a 10	26,18/mês	26,18/mês
11 a 20	3,65/m ³	3,65/m ³
21 a 50	4,83/m ³	4,83/m ³
Acima de 50	6,55/m ³	6,55/m ³

(<https://www9.sabesp.com.br/agenciavirtual/pages/tarifas>)

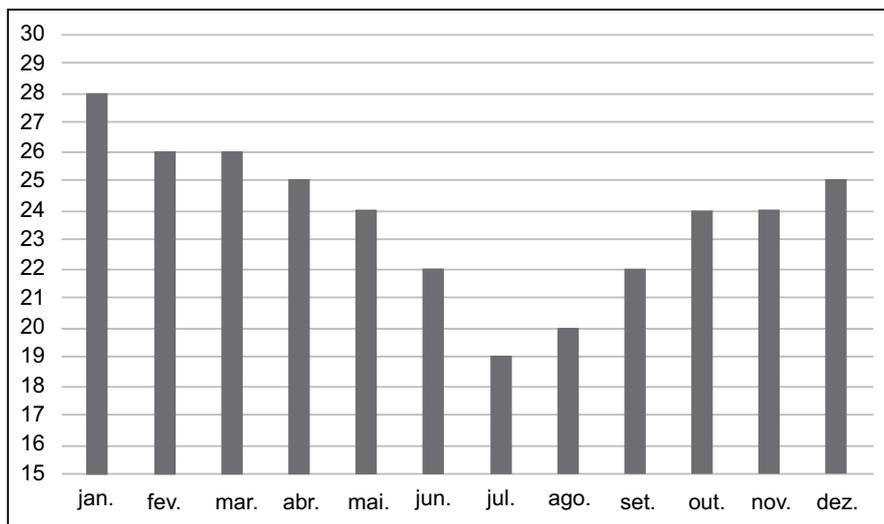
Exemplo de classificação de um consumo de 25 m³

CLASSES DE CONSUMO M ³ /MÊS	CONSUMO
0 a 10	Mínimo
11 a 20	10
21 a 50	5
Acima de 50	0

Um morador de Ilhabela da categoria residencial/comum que consuma 60 m³ pagará, referente unicamente às tarifas de água e de esgoto, um total de

- (A) R\$ 82,42.
- (B) R\$ 273,08.
- (C) R\$ 393,00.
- (D) R\$ 546,16.
- (E) R\$ 786,00.

18. No gráfico a seguir são apresentadas as temperaturas médias aproximadas na cidade de Ilhabela em cada um dos meses de 2019:



(<http://www.ciiagro.sp.gov.br>)

Com base nesses dados, considerando a temperatura média em um dado período como a média das temperaturas médias em cada um dos meses correspondentes, a temperatura média em Ilhabela nos 4 meses mais frios de 2019

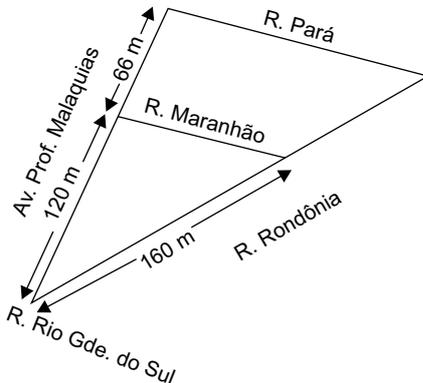
- (A) foi inferior a 19 °C.
- (B) esteve entre 19 °C e 20 °C.
- (C) esteve entre 20 °C e 21°C.
- (D) esteve entre 21 °C e 22 °C.
- (E) foi superior a 22 °C.

19. Um funcionário da Prefeitura de Ilhabela estava orçando a compra de um determinado material de consumo para o seu setor e encontrou-o em diferentes medidas, conforme tabela a seguir:

EMBALAGEM	MEDIDA	VALOR
A	50 cm x 50 m	R\$ 29,90
B	25 cm x 100 m	R\$ 31,50
C	1 m x 25 m	R\$ 35,90
D	1 m x 50 m	R\$ 49,40
E	50 cm x 100 m	R\$ 54,70

Considerando que esse funcionário optou pela embalagem cujo valor por metro quadrado do material era inferior a R\$ 1,00, então a embalagem escolhida foi

- (A) A.
 (B) B.
 (C) C.
 (D) D.
 (E) E.
20. A figura a seguir é uma representação aproximada da região de Ilhabela em que as ruas Prof. Malaquias e Rondônia se encontram na Rio Grande do Sul:



Considerando que na representação aproximada a Rua Maranhão e a Rua Pará são paralelas, o trecho da Rua Rondônia entre elas medirá

- (A) 88 m.
 (B) 106 m.
 (C) 248 m.
 (D) 290 m.
 (E) 346 m.

ATUALIDADES

21. A 92ª edição do Oscar premiou o filme *American Factory*, na Categoria de Melhor Documentário. Ele mostra a fragilidade das relações trabalhistas nos EUA com a abertura da indústria chinesa pós-crise norte-americana.

(Poder360. Disponível em: <https://bit.ly/2SSii9h>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

Na mesma categoria concorria o filme brasileiro

- (A) *A vida invisível*.
- (B) *A voz do silêncio*.
- (C) *Bacurau*.
- (D) *Legalidade*.
- (E) *Democracia em Vertigem*.

22. No dia 28 de janeiro de 2020, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou um plano de paz para o conflito entre Israel e Palestina.

Entre os pontos principais da proposta está a

- (A) injeção de US\$ 50 bilhões para a Palestina gerar 1 milhão de empregos.
- (B) divisão de Jerusalém como capital de Israel ao norte e da Palestina ao sul.
- (C) manutenção dos atuais territórios ocupados por Israel.
- (D) devolução do povoado de Abu Dis, próximo à Cidade Velha de Jerusalém, para a Palestina.
- (E) manutenção dos atuais territórios palestinos e reconhecimento do estado Palestino pelos EUA.

23. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11.12.2019), o projeto de lei do saneamento básico (PL nº 4.162/19, do Poder Executivo), que facilita a privatização de estatais do setor.

(Câmara dos Deputados. Disponível em <https://bit.ly/2SRrydx>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

Além da possibilidade de privatização, o projeto prevê

- (A) a prorrogação do prazo para o fim dos lixões.
- (B) a criação de regras claras para o financiamento cruzado.
- (C) a obrigatoriedade da empresa contratada de fazer a despoluição dos rios que recebem esgotos.
- (D) que os atuais contratos não poderão ser prorrogados pelas partes em nenhuma hipótese.
- (E) o cancelamento dos contratos de saneamento pactuados com estatais.

24. No sábado, 25 de janeiro (2020), o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, anunciaram 15 acordos. A maioria deles não terá efeito prático a curto e médio prazo, mas contribui para o estabelecimento de uma relação mais próxima entre os dois países.

(Uol. Disponível em <https://bit.ly/37Vt8zo>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

Os repórteres que cobriram a viagem do presidente brasileiro à Índia destacam, entre outras, a intenção

- (A) dos dois países de se apresentarem como negociadores de planos de paz para o Oriente.
- (B) dos dois governos criarem leis que protejam os ecossistemas e impeçam o aquecimento global.
- (C) de fortalecer a produção pecuária criando condições para ampliar pastagens em zonas de proteção ambiental.
- (D) da Índia de apoiar o ingresso do Brasil como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.
- (E) de criarem um mercado comum entre os dois países com isenção tarifária para todos os produtos industrializados e *in natura*.

25. O presidente Jair Bolsonaro assinou, nesta sexta-feira (21.02.2020), o projeto de reforma administrativa que reestruturará as regras do funcionalismo federal. A Proposta de Emenda Constitucional deve ser enviada ao Congresso depois do carnaval.

(Câmara dos Deputados. Disponível em <https://bit.ly/3c1gOkuo>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

De acordo com o projeto do executivo,

- (A) o servidor público será proibido de se filiar a partido político.
- (B) a estabilidade acaba para os novos servidores.
- (C) os critérios de avaliação de desempenho serão feitos por empresas terceirizadas.
- (D) o fim da estabilidade é para todos os servidores (novos e antigos).
- (E) a remuneração inicial será aumentada para se equiparar ao mercado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, há um aplicativo com funcionalidade de assistente chamado
- (A) Google Assistente.
 - (B) Bia.
 - (C) Alexia.
 - (D) Siri.
 - (E) Cortana.

27. Após adicionar uma imagem (por meio do ícone Imagem da guia Inserir) em um documento do MS-Word 2019, em sua configuração padrão, um usuário clicou com o botão direito sobre a imagem e escolheu a opção Inserir Legenda.

Assinale a alternativa que apresenta o rótulo pré-selecionado nas opções na janela que se abre após a escolha descrita no enunciado.

- (A) Figura.
- (B) Equação.
- (C) Tabela.
- (D) Foto.
- (E) Imagem.

28. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2019, em sua configuração padrão.

	A	B
1	A	C
2	A	D
3	B	A
4	B	E
5	C	E
6		

Assinale a alternativa que apresenta o valor resultante da aplicação da fórmula =CONT.SE(A1:B5;">B1") na célula B6.

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) 7

29. Em uma apresentação do MS-PowerPoint 2019, em sua configuração original, com o foco no painel de miniaturas, pode-se adicionar um novo slide utilizando-se o atalho por teclado

- (A) Ctrl + N
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + S
- (D) Ctrl + M
- (E) Ctrl + B

30. Os campos exibidos a seguir, descrevem o preenchimento automático resultante do uso da opção Responder a Todos, feita pelo usuário de conta segundo@ilhabela.gov.br ao responder uma mensagem do usuário de conta primeiro@ilhabela.gov.br.

De: segundo@ilhabela.gov.br
Para: primeiro@ilhabela.gov.br
Cc: terceiro@ilhabela.gov.br
Cco:

Assinale a alternativa que apresenta os campos preenchidos na origem, ou seja, como poderiam estar os campos da mensagem enviada pelo usuário de conta primeiro@ilhabela.gov.br.

(A) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: segundo@ilhabela.gov.br
Cc: quarto@ilhabela.gov.br
Cco: terceiro@ilhabela.gov.br

(B) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: terceiro@ilhabela.gov.br
Cc: segundo@ilhabela.gov.br
Cco: quarto@ilhabela.gov.br

(C) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: quarto@ilhabela.gov.br
Cc: terceiro@ilhabela.gov.br
Cco: segundo@ilhabela.gov.br

(D) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: segundo@ilhabela.gov.br
Cc:
Cco: terceiro@ilhabela.gov.br

(E) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: segundo@ilhabela.gov.br
Cc:
Cco:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Considerando o regramento do direito brasileiro a respeito do controle de constitucionalidade no âmbito estadual, assinale a alternativa correta.
- (A) A Constituição Federal, ao fixar os legitimados para o controle de constitucionalidade nos Estados, determinou que a legitimação seja atribuída a órgão único.
 - (B) A Constituição Estadual será o parâmetro de controle de constitucionalidade para as leis estaduais, e a Lei Orgânica do Município, para o controle de leis municipais.
 - (C) As leis municipais submetem-se ao controle abstrato em Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, em face de normas da Constituição Federal que não sejam de reprodução obrigatória.
 - (D) Uma vez declarada a constitucionalidade de lei estadual pelo STF, eventual discussão da mesma lei em ação direta no Tribunal de Justiça perderá o seu objeto.
 - (E) Norma da Constituição Estadual de reprodução obrigatória enseja a interposição de recurso extraordinário ao STF, em face da CF, no controle de constitucionalidade.
32. No tocante ao instituto do mandado de segurança, contra os atos praticados por administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público
- (A) não cabe mandado de segurança se forem meros atos de gestão comercial.
 - (B) cabe o mandado de segurança, independentemente do ato, por serem entes públicos.
 - (C) cabe o mandado de segurança, mas não se admite a concessão de liminar.
 - (D) não cabe mandado de segurança, exceto se forem atos de gestão comercial.
 - (E) não cabe o mandado de segurança por se tratar de atos de ente da Administração Indireta.
33. Na hipótese de ocorrer a vacância do cargo de Presidente da República, assumindo o cargo, por consequência, o Vice-Presidente da República, e este tiver seu mandato cassado nos dois últimos anos do mandato, a Constituição Federal estabelece que
- (A) far-se-á nova eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.
 - (B) far-se-á nova eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos iniciarão um novo mandato de quatro anos.
 - (C) a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (D) a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (E) o Presidente da Câmara dos Deputados assumirá o cargo de Presidente da República, completando o período do seu antecessor.
34. Hércules é funcionário público municipal e foi eleito para o mandato de Deputado Estadual nas últimas eleições e está prestes a assumir o mandato eletivo. Segundo disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Hércules
- (A) poderá assumir o mandato de Deputado e acumular com o cargo público municipal, desde que exista compatibilidade de horários ou, não havendo compatibilidade, terá a faculdade de optar pela sua remuneração.
 - (B) ficará afastado do cargo, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento e, na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime no Município.
 - (C) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e durante o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, incluindo promoção por merecimento.
 - (D) poderá acumular a remuneração do cargo público com o mandato eletivo, considerando que são provenientes de Poderes distintos, e durante o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
 - (E) não poderá acumular a remuneração do cargo com a de Deputado Estadual, mas o tempo de serviço público será contado para todos os efeitos legais, e sendo segurado do regime próprio de previdência social, deverá ser desfiliação desse regime no município.

35. Assinale a alternativa correta a respeito das atribuições do Tribunal de Contas da União.

- (A) É uma das suas competências apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- (B) É da sua competência aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerão, entre outras cominações, indisponibilidade dos bens do acusado e multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (C) Se verificar alguma ilegalidade, tem competência para assinar prazo a fim de que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) É sua competência julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, aplicando as sanções previstas em lei em caso de ilegalidade de despesa ou de contas.
- (E) O Supremo Tribunal Federal já decidiu, por meio de súmula, que é vedado ao Tribunal de Contas da União, no exercício de suas funções, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

36. Considere que um Deputado Estadual, no exercício do seu mandato e em razão dele, recebeu informação relevante de um cidadão sobre graves fatos ocorridos em determinada repartição pública. Nessa situação hipotética, se esse Deputado for chamado a depor em juízo sobre os referidos fatos, a Carta Magna brasileira dispõe que o Parlamentar

- (A) deve testemunhar, mas sob a garantia de que a pessoa que lhe confidenciou a informação não poderá ser punida.
- (B) poderá apenas testemunhar sobre a pessoa que lhe confidenciou os fatos, mas não sobre estes.
- (C) terá a obrigação de testemunhar sobre a pessoa e sobre os respectivos fatos, se houve danos ao erário.
- (D) não será obrigado a testemunhar em juízo.
- (E) tem a obrigação legal de testemunhar, mas a pessoa que lhe confidenciou a informação tem o direito de receber proteção especial da lei.

37. Considere que o Prefeito do Município de Ilhabela pretende criar e instalar um órgão público com a função de prestar assistência e orientação jurídica à população carente do Município. No entanto, a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) local questiona a legalidade dessa iniciativa do Prefeito. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Orgânica do Município, assinale a alternativa correta.

- (A) A pretensão do Prefeito não pode prosperar, tendo em vista que a Lei Orgânica veda expressamente a criação desse tipo de órgão em âmbito Municipal.
- (B) A Lei Orgânica permite a criação desse órgão por decreto do Prefeito Municipal, mas veda qualquer tipo de convênio com entidade representativa dos advogados.
- (C) A Lei Orgânica não proíbe a criação desse tipo de órgão, mas a sua competência conflita com as atribuições da Advocacia e, portanto, seria ilegal.
- (D) Embora a Lei Orgânica não proíba a prestação desse serviço pelo Município, a criação desse órgão seria inconstitucional, pois essa função compete à Defensoria Pública.
- (E) A Lei Orgânica autoriza a criação desse tipo de órgão, por meio de lei específica do Município, estabelecendo convênio com a OAB local para essa finalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

38. Para efeito da aplicação da Lei de Improbidade, considere-se agente público todo aquele que

- (A) exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração pública.
- (B) causa lesão ao patrimônio público ou se enriquece ilicitamente, tendo como premissa obrigatória o exercício de cargo ou função permanente na administração pública direta ou indireta.
- (C) causa lesão ao patrimônio público ou se enriquece ilicitamente, tendo como premissa obrigatória o exercício de cargo ou função remunerada na administração pública direta ou indireta.
- (D) ostenta necessariamente a condição de servidor da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) induz ou concorre para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, mesmo não tendo vínculo funcional ou laboral com o Poder Público.

39. O Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, prevê que o contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções. A propósito da contratação, é correto afirmar que
- (A) a recusa ou demora na ratificação poderá ser penalizada, além disso, a ratificação, em regra, não admite reserva, ressalva ou imposição de condição.
 - (B) no caso de a lei ratificadora prever reservas, a admissão do ente no consórcio público dependerá da aprovação de cada uma das reservas pela assembleia geral, independentemente de já ter sido constituído o consórcio público.
 - (C) o contrato de consórcio público, caso assim esteja previsto no protocolo de intenções, poderá ser celebrado por apenas uma parcela dos seus signatários, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente.
 - (D) o ingresso de ente da Federação não mencionado originalmente no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público não depende de alteração do contrato de consórcio público.
 - (E) nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam entes consorciados ou subscritores de protocolo de intenções, os novos entes da Federação serão automaticamente tidos como consorciados ou subscritores, sendo vedada disposição em contrário no protocolo de intenções.
40. Assinale a alternativa que completa, corretamente, o seguinte enunciado:
- Termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação são instrumentos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para formalizar as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco _____
- (A) propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros, em se tratando de termo de fomento.
 - (B) propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros, em se tratando de termo de colaboração.
 - (C) propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros, em se tratando de termo de colaboração.
 - (D) que não envolvam a transferência de recursos financeiros, em se tratando termo de colaboração.
 - (E) que envolvam a transferência de recursos financeiros, em se tratando de acordo de cooperação.
41. Entre os princípios do Processo Administrativo expressos na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tem-se o princípio da
- (A) legalidade, que imprime à autoridade administrativa o dever de praticar o ato administrativo com vistas à realização da finalidade perseguida pela lei.
 - (B) finalidade, que submete a Administração Pública a agir de acordo com o que a lei estabelece, tácita ou expressamente.
 - (C) razoabilidade, com o objetivo de que todas as decisões e atos da Administração Pública sejam fundamentados.
 - (D) motivação, que orienta o seu agente à conduta que melhor atenda à finalidade da lei e aos interesses públicos, de acordo com a conveniência e a oportunidade.
 - (E) moralidade, que evita que a Administração Pública se distancie da moral e obriga que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas também pela boa-fé, lealdade e probidade.
42. Assinale a alternativa correta sobre a modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- (A) Admite a exigência de garantia de proposta.
 - (B) Faculta a exigência de aquisição do edital, pelos licitantes, como condição para participação no certame.
 - (C) Permite a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, quando for o caso.
 - (D) Aplicam-se, subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - (E) As compras, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto na Lei de Licitações, não poderão adotar a modalidade de pregão.

- 43.** Assinale a alternativa correta sobre o Processo Administrativo de Responsabilização de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública, previsto na Lei Federal nº 12.846, de 12 de agosto de 2013.
- (A) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica são de competência exclusiva da autoridade máxima do Poder Judiciário.
 - (B) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica são de competência exclusiva da autoridade máxima do Poder Executivo.
 - (C) No processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, é vedada a atuação de ofício da autoridade responsável, dando-se o impulso mediante provocação.
 - (D) Considerando a natureza administrativa do processo de apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, é facultada a observância do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.
- 44.** Assinale a afirmativa que, em matéria de licitações e contratos, reflete uma das Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).
- (A) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar tem seus efeitos jurídicos restringidos à esfera de governo do órgão sancionador.
 - (B) Nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar, a medida repressiva tem seus efeitos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública.
 - (C) Em procedimento licitatório, é vedada a utilização do tipo técnica e preço ou melhor técnica para contratação de licença de uso de software dito “de prateleira”.
 - (D) Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.
 - (E) Em procedimento licitatório, admite-se vedação a bens de fabricação estrangeira.
- 45.** Ao cuidar dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 6.938/81 os disciplina em seu artigo 2º. Há autores que afirmam que cuida-se muito mais de instrumentos que de princípios, uma vez que consistem em medidas de competência governamental, importantes para assegurar a efetividade da implantação da Política Nacional do Meio Ambiente”. Dentre os princípios, destaca-se:
- (A) planejamento e avaliação do sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
 - (B) compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
 - (C) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
 - (D) restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização e disponibilidade sustentáveis.
 - (E) garantia da prestação de informações periódicas relativas ao meio ambiente.
- 46.** A água, considerada como recurso finito e dotado de valor econômico, enfrenta ameaça de escassez e reclama proteção dos Poderes Públicos no interesse das atuais e futuras gerações, no âmbito de suas competências. A esse respeito, afirma-se que
- (A) são bens dos Estados os lagos e rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio.
 - (B) ao domínio dos Municípios cabem as águas particulares.
 - (C) ao Distrito Federal caberá, por analogia, os potenciais de energia hidráulica.
 - (D) ao domínio dos Estados cabem as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, com a ressalva das que decorrem de obras da União.
 - (E) a Constituição Federal de 1988 atribuiu à União e aos Estados a instituição do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

47. Instrumento de natureza constitucional e que se desencadeia no âmbito do processo de licenciamento ambiental, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) insere-se entre as competências do Poder Público para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sobre o EPIA, afirma-se que
- (A) atua na esfera da discricionariedade da Administração Pública.
 - (B) é componente interior da decisão administrativa, integrando-a.
 - (C) não vincula a decisão administrativa do licenciamento, que pode contrariar os preceitos do direito administrativo e as regras estabelecidas sobre os processos administrativos.
 - (D) a partir dele, deve ser elaborado um relatório de impacto ambiental, que ficará disponível para consulta da sociedade civil, segundo critérios de conveniência e oportunidade do órgão ambiental competente.
 - (E) deve ele contemplar os limites da área geográfica a ser diretamente afetada pelos impactos, chamada de área de confluência do estudo de impacto, podendo estender-se, segundo critérios de conveniência administrativa, à bacia hidrográfica na qual se localiza.
48. A Lei nº 12.651/12, que revogou o Código Florestal (Lei nº 4.771/65) alterou o tratamento jurídico aplicável às áreas especialmente protegidas, dispondo que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental (artigo 8º). Para esse fim, define-se interesse social como
- (A) a exploração agroeconômica praticada na pequena e média propriedade rural ou urbana, permitida a descaracterização, em parte, da cobertura vegetal existente.
 - (B) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, nos termos da Lei.
 - (C) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados equitativamente por população de média e baixa rendas, em áreas rurais consolidadas.
 - (D) as atividades de pesquisa e extração predominantemente de areia e cascalho, observada a regulamentação pelo CONAMA.
 - (E) outras atividades similares, devidamente motivadas por meio de procedimento próprio, existindo ou não alternativa técnica à atividade proposta, com definição em ato próprio do CONAMA.
49. O Estatuto da Cidade, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, regulamenta alguns instrumentos de política urbana, dentre estes, a usucapião especial coletiva.
- Sobre a usucapião especial coletiva, é correto afirmar que
- (A) os núcleos urbanos informais existentes sem oposição, há mais de três anos, e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente.
 - (B) o possuidor não pode, para o fim de contar o prazo de três anos, acrescentar sua posse à de seu antecessor, mesmo que ambas sejam contínuas.
 - (C) a usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.
 - (D) na sentença de usucapião especial coletiva, o juiz atribuirá fração ideal de terreno a cada possuidor, de acordo com a dimensão do terreno que cada um ocupe.
 - (E) As deliberações relativas à administração do condomínio especial serão tomadas por 2/3 de votos dos condôminos presentes, obrigando, também, os demais, discordantes ou ausentes.
50. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. Em relação à infração administrativa ambiental, afirma-se, corretamente, que
- (A) são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os diretores de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para coordenar as atividades de fiscalização, bem como agentes do Ministério da Defesa.
 - (B) a autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental tem 60 dias para promover a sua apuração, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
 - (C) as infrações administrativas podem ser punidas com apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza, mesmo que não utilizados na infração.
 - (D) a proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos é uma das penas restritiva de direitos previstas para as infrações administrativas.
 - (E) se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-á aplicada a sanção mais grave, acrescida da 1/2.

51. A Agenda 21 reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. Pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Ela foi assinada na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento denominada Conferência

- (A) Joanesburgo.
- (B) Rio+20.
- (C) Estocolmo.
- (D) Cúpula da Terra.
- (E) Rio+10.

DIREITO CIVIL

52. Acerca da prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) A renúncia da prescrição só valerá sendo feita sem prejuízo de terceiro, e antes de se consumir; é nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes; as partes podem estabelecer os prazos da decadência convencional.
- (C) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor; nos casos em que a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- (D) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios; não corre a decadência contra o relativamente incapaz.
- (E) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita; não pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência convencional.

53. Uma criança de 11 anos entrou numa repartição pública municipal, acompanhada dos pais. Estes, por um instante, largaram a mão da criança, que começou a correr pela repartição pública, derrubando e destruindo completamente uma escultura de um famoso artista, avaliada em R\$ 1.000.000,00.

A respeito do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) os pais serão responsáveis pelo pagamento dos danos causados, desde que demonstrada a culpa *in vigilando* destes em relação à criança.
- (B) os pais são presumivelmente responsáveis pelos danos causados à criança, salvo se demonstrarem que não tiveram culpa *in vigilando*.
- (C) a criança, por ser absolutamente incapaz, não responde pelos atos praticados, não podendo seu patrimônio pessoal responder pelos danos ocasionados, devendo a Administração Pública suportar esse prejuízo.
- (D) a criança responderá pelos prejuízos, se os pais não dispuserem de meios suficientes, mas a indenização deverá ser equitativa e não terá lugar se privar do necessário o incapaz.
- (E) quem deverá responder pelos prejuízos será a Administração Pública Municipal, que não deveria ter uma obra valiosa na repartição pública acessível ao público.

54. Considerando a Jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça sobre contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) A embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida.
- (B) O fiador na locação responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu.
- (C) Nos contratos de locação, é nula a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.
- (D) no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador será civilmente responsável por danos causados ao transportado de forma objetiva.
- (E) O direito à adjudicação compulsória condiciona-se ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

55. Acerca do inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo e culpa grave aquele a quem não favoreça; nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
- (B) o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- (C) A mora do credor subtrai o devedor isento de dolo ou culpa grave à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e sujeita-o a recebê-la pela estimação mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para o pagamento e o da sua efetivação.
- (D) Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, bem como os juros da mora os quais, mesmo que não cubram o prejuízo e não havendo pena convencional, impedem a concessão de indenização suplementar ao credor pelo juiz.
- (E) Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as, não podendo a parte inocente pedir indenização suplementar, mesmo se comprovado que o prejuízo resultante da inexecução supera o valor ajustado a título de sinal.

56. O mandato é um negócio jurídico

- (A) comutativo.
- (B) neutro.
- (C) bifronte.
- (D) aleatório.
- (E) bilateral simples.

57. É autorizado(a) pela Constituição Federal

- (A) a concessão de empréstimos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exceto para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista ou na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.
- (B) a abertura de crédito suplementar ou especial sem indicação dos recursos correspondentes e prévia justificativa, em caso de calamidade pública devidamente decretada pelo Presidente da República.
- (C) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem necessidade de prévia autorização legislativa.
- (D) a instituição de fundos especiais formados pela vinculação da receita de impostos, sem prévia autorização legislativa, desde que por meio de decreto de vigência temporária, voltados à implementação de política pública na área de assistência social.
- (E) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.

58. O Município "A" possui legislação devidamente aprovada há anos na qual prevê benefício assistencial a famílias em condição de pobreza extrema. A legislação em questão prevê que anualmente o valor do benefício seja reajustado a fim apenas de preservar o seu valor real. É correto afirmar, com base na legislação nacional, que, para que possa ser concedido e pago o referido reajuste anual ao benefício, é condição inafastável

- (A) a estimativa de impacto do reajuste no ano em que deva entrar em vigor e nos três anos subsequentes.
- (B) prévia declaração do ordenador da despesa de que o reajuste não prejudica o atingimento das metas fiscais fixadas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) a apresentação de contrapartida em valor equivalente ao do reajuste, na forma de anulação de despesa ou de elevação de receita tributária.
- (D) a existência de dotação orçamentária em montante suficiente e o prévio empenho da despesa.
- (E) a confirmação de aumento equivalente da receita corrente líquida municipal nos doze meses imediatamente anteriores à aplicação do reajuste.

59. O Prefeito “X” está iniciando seu último ano de mandato e concorre a reeleição. Logo no primeiro dia do ano, ele é avisado, em reunião, pelo Secretário de Finanças, da ausência de recursos em caixa para pagamento da folha salarial do mês de fevereiro, embora haja a expectativa de receitas suficientes ao longo dos meses seguintes para que o orçamento anual esteja em equilíbrio, tratando-se de um descasamento temporário entre receitas e despesas. Diante disso, o Secretário sugere ao Prefeito a contratação de uma operação de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) no mês de fevereiro, com vencimento já no mês de agosto, ou seja, antes das eleições. O Procurador Geral do Município, que também estava presente à reunião, então intervém e aconselha o Prefeito, em conformidade com a legislação nacional sobre o tema, a

- (A) programar o vencimento da operação de antecipação de receitas orçamentárias para o mês de janeiro do exercício seguinte, de maneira a assegurar a existência de disponibilidade de caixa no encerramento do mandato.
- (B) não realizar a contratação da antecipação de receitas orçamentárias em razão de expressa vedação à sua contratação no último ano do mandato de Prefeito Municipal.
- (C) financiar-se, deixando de pagar outras despesas já contratadas, ainda que com prazos de vencimento anteriores às despesas com salários, emitindo ou aceitando, se necessário, título de crédito com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços.
- (D) realizar a contratação da operação ainda nos primeiros dez dias do mês de janeiro, em razão de restrição expressa na legislação à contratação de AROs após decorridos dez dias do início do exercício.
- (E) contratar a operação com o Banco do Brasil S/A como prestador, em virtude da impossibilidade de realização de procedimento competitivo para a contratação desse tipo de operação, expressamente reconhecida pela legislação.

60. Sobre a competência, poderes e processo de controle dos Tribunais de Contas, é correto afirmar, com base no entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, que

- (A) o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- (B) a Constituição insere na competência dos Tribunais de Contas a aptidão para examinar, previamente, a validade de todos os contratos administrativos a serem celebrados pelo poder público.
- (C) cabe apenas aos próprios Tribunais de Contas controlar e apreciar a regularidade dos seus próprios atos e contas anuais.
- (D) as sociedades de economia mista, embora integrem a Administração Pública, estão isentas do controle externo executado pelos Tribunais de Contas.
- (E) o contraditório e a ampla defesa são princípios constitucionais da Jurisdição, não se aplicando ao processo administrativo no âmbito dos Tribunais de Contas.

